

4. ARTICULAR OUTROS MUNDOS POSSÍVEIS: A BIBLIOTECA DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO AFRO VIERA, DA VILA PRINCESA, EM PORTO VELHO – RONDÔNIA

Márcio Ferreira da Silva
Marcos Leandro Freitas Hübner
Wellington Marçal de Carvalho

INTRODUÇÃO

Questiono se o relato merece sobreviver, se encarna o anseio da liberdade.
(Piñon, 2019, p. 68)

O campo da Ciência da Informação é parte da grande área das Ciências Sociais Aplicadas e se ancora em três subcampos, com seus respectivos objetos de estudo: a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia. São inesgotáveis as interlocuções que podem ser estabelecidas, notadamente, entre a Biblioteconomia e outros campos do conhecimento. Em parte, isso se dá pelo caráter humanista que estrutura o percurso formativo quer dos profissionais bibliotecários, quer ainda dos que se afiliam, por diversos motivos, à ciência biblioteconômica.

Esse universo de dialogias possíveis parece acomodar a tessitura de reflexão, ainda que breve, acerca da presença, por exemplo, de setores ou parcelas de grupos sociais materializada em dispositivos cibernéticos. Desperta curiosidade notar os resultados que uma busca na plataforma de compartilhamento de vídeos, denominada YouTube apresenta quando é inserida a expressão de busca “Vila Princesa”. Este é um bairro formado por mais de 400 famílias, em Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, na Região Norte do Brasil. A cada período de 60 dias, nos últimos 16 meses¹,

¹ Atividade realizada entre janeiro de 2018 a junho de 2019.

essa busca foi realizada naquela plataforma e, quase invariavelmente, cerca de 90% dos resultados enfatizam e explicitam uma dimensão soturna e depreciativa daquele espaço-tempo social.

Não que se deva negligenciar essa feição da realidade ali cotidianamente objetificada. Seria, no mínimo, destituído de senso tomar esse caminho. Contudo, parece sobremaneira equivocado ignorar a concomitância de outros arranjos sociais que se constroem, não sem muita luta, no âmago daquela comunidade e que contribuiriam para melhor retrato e tentativa de compreensão da complexidade dessa parte da capital rondoniense.

Uma parcela significativa dos vídeos endossa uma narrativa que parece pretender reduzir aqueles munícipes, moradores da Vila Princesa, como uma turbamulta, uma multidão em desordem. Desmontar esse ardil pode ser frutífero ao se retomar a apurada assertiva do sociólogo brasileiro Jessé Souza, em parte de sua discussão das novas possibilidades de percepção do Brasil na contemporaneidade. Pensar e induzir a que se pense uma coletividade como sendo uma turba propiciária o deslizar semântico para subentender aquelas pessoas na perspectiva apenas de corpos: “É apenas por serem percebidos como meros “corpos”, numa sociedade que valoriza a disciplina e o autocontrole acima de tudo, é que essa classe desprezada é vista como tendencialmente perigosa e como assunto da “polícia”, e não da “política” (Souza, 2011, p. 122).

Tangencia a presente proposta reflexiva a influência, inexorável, que múltiplas forças sociais exercem na forma em que o humano se movimenta no recorte espacial que sustenta seu existir cotidiano. Nesse sentido, pode ser cruel perceber os meandros de projetos de ordenação de mundo cujo sintoma principal é o fato de se tomar uma coletividade enquanto turba, ou ainda, iguais como apenas “corpos” e, como se não bastasse, corpos-objeto como assunto policiaisco. As ranhuras de projetos de tal engenho reforçam a lição de Milton Santos, geógrafo brasileiro, para quem “o espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual” (Santos, 2002, p. 317). Os dilemas surgidos e não resolvidos com a modernidade e, por conseguinte, persistentes na pós-

-modernidade, agudizam em sociedades como a brasileira, cujas assimetrias são a planta baixa do sistema societário, o vasto cabedal de atrocidades que insiste em manter a maioria da população constantemente um “assunto de polícia” e, no limiar, desclassificada socialmente. O economista e historiador mineiro João Antônio de Paula (2018, p. 156) destaca fatores importantes e geralmente desconsiderados no discurso político dominante, para a conceituação de classe social:

Para ser uma classe social, um grupamento humano precisa ter mais que a identidade dada pela inserção na estrutura produtiva e pela relação com a propriedade. Para ser classe social é preciso, também, que este grupamento partilhe experiências, lutas, formas de organização, uma cultura enfim.

Essa comunhão de lutas, de cultura, objetivamente organizadas, ao fim dá o amálgama para o desenho e redesenho, contínuo, do espaço, que outra coisa não é que “a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais” (Santos, 2002, p. 109). Sob essa lente talvez melhor compreender-se-ia, por exemplo, os desdobramentos que se efetivam na orquestração de interesses a delinear a partilha de experiências e confecção de estratégias levadas a cabo nos vários coletivos articulados no I Seminário de Catadores de Materiais Recicláveis. O evento aconteceu em fevereiro de 2019, no *campus* Porto Velho da Universidade Federal de Rondônia, organizado pelo Fórum Estadual Lixo e Cidadania de Rondônia, congregando vários entes sociais, inclusive, a Associação de Moradores de Vila Princesa. Um fato que não é recuperado na plataforma de vídeos supramencionado, pelo menos com a estratégia de busca utilizada.

Fato é que a não presença na microespacialidade discursiva é uma potente manifestação da batuta do poder; de quem detém o controle do que se fala, quando, de que forma e em que lugar. Obviamente aqui, nesta breve reflexão, não há ressentimento pela não presença de outra discursividade naquela plataforma. O “não-resultado” é importante, pois deixa claro o intestino de um projeto, deliberado, de ordenação de mundo, como se vem argumentando. A planta desse projeto define a quem fraturar. Nos termos

do filósofo italiano Giorgio Agamben (2012, p. 173), o povo carregaria “assim, desde sempre, em si, a fratura biopolítica fundamental. Ele é aquilo que não pode ser incluído no todo do qual faz parte, e não pode pertencer ao conjunto no qual já está desde sempre incluído.”

Não pertencer acarreta sanções. E, dessa forma, uma precisa noção de Agamben é de grande valia para o que aqui se discute. O humano tornado, ou mesmo, incitado por uma discursividade a ser tomado apenas enquanto “corpo” aporta na condição de *homo sacer*. Na proposição de Agamben (2012, p. 185) “a vida do *homo sacer* podia ser eventualmente exterminada por qualquer um, sem que se cometesse uma violação.” O extermínio pode ser até mesmo pela anulação do direito a qualquer direito. O direito à informação, inclusive. É a exposição permanente à violência e, portanto, “esta violência – a morte insancionável que qualquer um pode cometer em relação a ele – não é classificável nem como sacrifício e nem como homicídio, nem como execução de uma condenação e nem como sacrilégio” (Agamben, 2012, p. 84).

Dáí não haver necessidade de nenhum pudor para atravessar a curta distância de não ser considerado caso de política e passar a ser, apenas e sorrateiramente, caso de polícia, “seres matáveis” (Mbembe, 2017). É pelo jogo do poder, do exercício alienado e alienante do poder que se potencializa a proliferação, sem reservas, do “refugio humano”. Vale tomar emprestada essa categoria conceitual ao sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2005, p. 12, destaques no original). De acordo com o sociólogo,

[...] a produção de “refugio humano”, ou, mais propriamente, de seres humanos refugiados (os “excessivos” e “redundantes”, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito colateral da *construção de ordem* (cada ordem define algumas parcelas da população como “deslocadas”, “inaptas” ou “indesejadas”) e do *progresso econômico* (que não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos anteriormente efetivos de “ganhar a vida” e que, portanto, não consegue senão privar seus praticantes dos meios de subsistência).

De igual modo interessa, neste trabalho, aprofundar o entendimento da existência em redundância e, por isso, revisitam-se os próprios termos de Bauman (2005, p. 20-28, destaques no original):

Ser “redundante” significa ser extranumerário, desnecessário, sem uso – quaisquer que sejam os usos e necessidades responsáveis pelo estabelecimento dos padrões de utilidade e de indispensabilidade. Os outros não necessitam de você. Podem passar muito bem, e até melhor, sem você. Não há uma razão auto evidente para você existir nem qualquer justificativa óbvia para que você reivindique o direito à existência. Ser declarado redundante significa ter sido dispensado *pelo fato de ser dispensável* – tal como a garrafa de plástico vazia e não-retornável, ou a seringa usada, uma mercadoria desprovida de atração e de compradores, ou um produto abaixo do padrão, ou manchado, sem utilidade, retirado da linha de montagem pelos inspetores de qualidade. [...] Para todos os fins e propósitos práticos, as coisas excluídas – tiradas de foco, jogadas às sombras, empurradas para panorama de fundo vago ou invisível – não mais pertencem “ao que é”. A existência lhes foi negada, da mesma forma que um espaço próprio no *Lebenswelt* (mundo da vida). Foram desse modo destruídas – porém com uma destruição criativa. “Eliminar” [...] “não é um movimento negativo, mas um esforço positivo para organizar o ambiente”.

Se é certo o que Nélida Piñon, escritora brasileira, enuncia em trecho de sua obra “Uma furtiva lágrima”, e que epigrafa esta parte introdutória da presente reflexão, um “relato só merece sobreviver, se encarna o anseio da liberdade” (Piñon, 2019, p. 68). Bem ensinou Milton Santos que o espaço se faz, continuamente, no embate de interesses. “Corpos” lutam para serem assuntos de política, para ocupar o seu lugar no mundo da vida, dignamente. Na Vila Princesa, esse movimento é pulsante. Aliás, como foi visto no exemplo já citado, essa perspectiva ecoa algumas das considerações da professora do Instituto de Ciências da Informação da Universidade Federal da Bahia, Aída Varela (2007, p. 77), ao discutir a relação da informação e cidadania, quando a pesquisadora compartilha relevantes questões:

Como construir uma sociedade para os humanos? Como colocar a serviço das necessidades humanas a capacidade científica e tecnológica existente, fruto do trabalho humano, e apropriada por poucos? Como produzir tecnologias cujo horizonte sejam as necessidades humanas e não o lucro?

Tentar responder a alguma dessas indagações pode levar em conta a experiência inerente ao campo biblioteconômico, vez que seu objeto é, essencialmente, a informação. Ainda de acordo com a professora Varela (2007, p. 29), “a informação é fator vital tanto para a subsistência do indivíduo como da sociedade. O grau de desenvolvimento de uma sociedade pode ser evidenciado pela qualidade da informação disponível para a sua comunidade.” Muito embora detenha, por hora, visibilidade germinal, esforço articulado entre membros da própria Vila Princesa, da Biblioteconomia e da Educação, estes últimos vinculados à Universidade Federal de Rondônia, ofertam promissor veio a ser explorado como objeto de reflexão.² Conforme se demonstrará nas próximas linhas, sobrevive uma discursividade que uma parte do poder público instituído insiste em desacreditar, que pauta suas ações numa vertente que prepare o terreno para um exercício da vida mais humano. Uma discursividade agenciadora de liberdade e de reajustamentos de outros mundos possíveis, aqui e agora.

É o que se pretende apresentar na continuidade da presente reflexão, cujo objetivo principal é colocar em primeiro plano as ações implementadas na Biblioteca da Escola Municipal João Afro Vieira, localizada no bairro Vila Princesa, em Porto Velho – Rondônia, viabilizadas pelo MNEMOS – Grupo de Estudos Interdisciplinares em Educação, História e Memória da UNIR, em projeto específico contemplado, em 2018, pela organização não governamental, sediada em Belo Horizonte – Minas Gerais, Instituto Um Pé de Biblioteca.

² Veja-se, a esse respeito, a matéria publicada no site da UNIR, em 18 de abril de 2019, intitulada “Grupo de Pesquisa MNEMOS, da UNIR, inaugura biblioteca escolar na Vila Princesa”. Link de Acesso: <https://www.unir.br/index.php?pag=noticias&cid=26793>. Acesso em 08 de dezembro de 2021.

A biblioteca da escola municipal João Afro Vieira

[...]é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta autor-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a razão da educação.

(Freire, 1987, p. 27)

Ao raciocinar sobre gente de carne e osso, o aprendizado e o desejo de Paulo Freire se materializam no conceito de educação para liberdade por esclarecer que o sujeito, no contexto da educação, é um ser pensante e reflexivo, se reconhece na perspectiva de constante construção do conhecimento e, concomitantemente, alinha-se à vida no seu entorno. A formação de cidadãos críticos dispostos a mudar-se e mudar a realidade que se estabelece, muitas vezes, cercado por todo tipo de violência pode sedimentar, apesar de tempos obscuros e sombrios, a democracia participativa que valorize o conhecimento. Nessa perspectiva, Castrillón (2011, p. 25-26) insiste que:

Uma verdadeira democracia participativa necessita de espaços que permitam a todos os cidadãos acesso à informação, ao conhecimento e às manifestações da cultura e da arte. E para que as bibliotecas se assumam como tais espaços, elas devem conceber suas funções e seus serviços para esses fins.

A biblioteca escolar se impõe à promoção da aprendizagem efetiva e deve ultrapassar os contornos genéricos cultivados por inúmeras nações, inclusive no Brasil, de concebê-la quase que exclusivamente como “espaço de promoção de leitura [...]” como destaca Campelo (2012, p. 7). No processo contextual da Educação com fulcro na liberdade do sujeito social, a biblioteca deve ser tomada como estratégia de transformação na busca e acesso ao conhecimento que sustente os discursos e a fala da comunidade além do texto escrito. Nessa lógica, as bibliotecas escolares terão papel emancipador, subjugadas às demandas, objetivos da comunidade escolar e do entorno para os quais foram criadas.

Desses pressupostos, encarada enquanto uma política pública, preocupação de estado, governo e seus respectivos tentáculos, a biblioteca insere-se na diversidade cultural, política e estrutural das cidades enquanto elemento de políticas públicas ambientadas nos esforços para ampliação de sua implantação no processo de educação brasileira a partir do texto legal que exige sua universalização na esfera pública e privada, como expresso na Lei 12.244/2010. Sem dúvida, os precedentes da lei indiciam toda a luta para convencimento e argumento da importância da biblioteca na escola, no sentido de ampliar a promoção de um espaço de acesso e produção de conhecimento e seus desdobramentos para uma sociedade participativa. Evidentemente, os estabelecimentos de ensino são concebidos, regra geral, com ausência de biblioteca e possuem, no máximo, depósitos de livros, revelando o mote do problema nacional.

A biblioteca escolar da Escola Municipal João Afro Vieira está localizada no bairro Vila Princesa, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, distante mais de 10 km do centro da capital e próximo ao *campus* da Universidade Federal de Rondônia. A comunidade foi objeto de reportagens³ com ênfase sobre a proximidade do lixo municipal, espaço de sobrevivência de muitos membros da comunidade constituída de 400 famílias, principalmente na atividade de reciclagem.

Falta de saneamento básico, pavimentação das ruas, proliferação de moscas na comunidade e ausência de perspectivas assolam a localidade na qual muitas famílias dependem dos despejos diários feitos pela população do centro portovelhense. Nessa dura realidade, o poder público municipal se fez presente com atendimento à saúde daquela população com um posto de saúde da família. Soma-se a essa tênue presença a Escola Municipal João Afro Vieira, em funcionamento desde o ano 2000, cuja localização é retirada, às margens do Rio Madeira, próximo de um garimpo, fruto de diversas iniciativas entre setor privado e setor público, tais como doações do terreno, parcerias com órgãos do judiciário, dentre outras instituições. A

3 https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/22/politica/1521727362_047016.html
<https://www.newsrodonia.com.br/noticias/vila-princesa+a+favela+onde+400+familias+viem+do+lixo/107973>. Data de Acesso: 08 de dezembro de 2021.

escola exerce atividades em dois turnos, manhã e tarde, com Ensino Infantil e Fundamental.

Em 2018⁴, a escola teve 122 matrículas de alunos da comunidade, distribuídos em 11 turmas da pré-escola e anos iniciais do Ensino Fundamental. No mesmo período, a instituição informou ao INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) não possuir banda larga. Contudo, possui computadores, exclusivamente para administração e também uma sala de leitura.

Na rotina da escola, apesar do esforço dos funcionários, a biblioteca escolar não era uma realidade. Poucos livros didáticos acumulados de programas governamentais, outros de doações, resumiam o estado da arte do acervo. Na dimensão de acesso dos alunos aos livros e das atividades de leitura, encaminha-se para mudança com iniciativas de professores como o projeto “Sacola Viajante”, ao proporcionar aos alunos a condição de levar livros para casa com propósito de elaborar resumos e desenhos de personagens das histórias. Percebe-se que tão importante quanto o aspecto da leitura textual, são as outras expressões e compreensões entre as histórias e as vivências dos alunos da biblioteca do João Afro. Desse modo, a biblioteca escolar passa a ter intimidade com a dinâmica escolar, incentivo ao hábito da leitura, contato com outras perspectivas culturais (Côrte; Bandeira, 2011).

Novos parceiros chegam, ainda em 2018, para contribuir com iniciativas combinadas à formação de um acervo e criação do espaço para a biblioteca escolar, a exemplo do Grupo de pesquisa MNEMOS de Estudos Interdisciplinares em Educação, História e Memória da Universidade Federal de Rondônia⁵ e o Instituto Federal de Rondônia (IFRO). Em 2019, como poderá se verificar adiante, surge o projeto “Um pé de Biblioteca” para viabilizar a implantação de uma biblioteca de fato naquele estabelecimento educacional.

⁴ Dados do INPE disponível em <https://www.qedu.org.br/escola/242675-emeief-joao-afro-vieira/ideb>. Data de acesso: 08 de dezembro de 2021.

⁵ <https://mnemos.unir.br/noticia/exibir/6478>. Data de Acesso: 08 de dezembro de 2021.

O instituto um pé de biblioteca

não se formam bons leitores oferecendo materiais empobrecidos, justamente no momento em que as crianças são iniciadas no mundo da escrita. As pessoas aprendem a gostar de ler quando, de alguma forma a qualidade de suas vidas melhora com a leitura.

(Brasil, 1998, p. 36)

O estímulo à leitura possibilita ao leitor a oportunidade de obter respostas para as suas dúvidas a respeito do mundo e o que está acontecendo nele. Possui um papel ativo no processo de formação de opinião, possibilitando ao leitor, dessa forma, posicionar-se com maior criticidade a respeito de seu cotidiano e dos processos que fazem parte de sua rotina (Arana; Klebis, 2015). Visando estimular o desenvolvimento humano através da leitura e com isso ampliar as possibilidades de transformação social de comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica, foi criada, em 2003, na cidade de Belo Horizonte (MG), o Instituto Um Pé de Biblioteca, que realiza ações de apoio e estímulo à criação e à manutenção de bibliotecas comunitárias, com objetivo de criar um ecossistema de desenvolvimento humano pela leitura, propiciando o empoderamento das comunidades envolvidas.

Goulart; Dias; Lélis (2019, p. 22) afirmam que as bibliotecas devem “oferecer um ambiente agradável e confortável às atividades de leitura”. O Instituto Um Pé de Biblioteca, alinhado a essa forma de conceber as bibliotecas, tem como uma de suas metas transformar os espaços da leitura em locais verdadeiramente convidativos e aprazíveis. Para tanto, incentiva a criação de projetos de leitura, além de oficinas que visam despertar a consciência e o envolvimento da comunidade pelo prazer da leitura.

Em 2018, o Instituto promoveu a Jornada Pela Biblioteca, com abrangência nacional, com a finalidade de alcançar os seguintes objetivos:

- Apoiar, capacitar e incentivar a comunidade enquanto protagonistas deste movimento a fim de garantir sua continuidade e ampliação;

- Envolver voluntários, empresas e comunidade em um único objetivo: a transformação social da comunidade e da realidade de crianças e jovens;
- Contribuir para a mobilização de uma ampla rede de pessoas engajadas em prol da causa da leitura.

Mais de 150 projetos se inscreveram, almejando abrir novas bibliotecas ou melhorar espaços já existentes. Após uma primeira seleção, restaram 10 projetos e o vencedor seria agraciado com o Baú UPDB contendo:

- 1 Estante em forma de árvore no padrão
- 2 Puffs baú com livros infantis
- 4 Rolos de papel de parede Bobinex
- 4 Prateleiras com mãos francesas, parafusos e buchas
- 1 Placa inaugural personalizada
- 8 Tatames de 50 x 50 cm coloridos
- 1 Calendário em vinil
- 1 Manual

A Jornada funcionou como uma espécie de gincana, com ações específicas e direcionadas para cada fase. Cada grupo tinha metas a serem cumpridas que, somente após sua realização, eram liberados para as fases seguintes.

No dia 10 de novembro de 2018, o projeto apresentado pelo Grupo de Pesquisa MNEMOS de Estudos Interdisciplinares em Educação, História e Memória da Universidade Federal de Rondônia, destinado à biblioteca da Escola Municipal João Afro Vieira, foi o grande vencedor.

Desde então, a Biblioteca está passando por um processo de qualificação de seu espaço, com a participação de todos os sujeitos envolvidos no projeto, proporcionando a oferta de um local aprazível e confortável para a leitura, estudo e pesquisa aos membros da Escola Municipal João Afro Vieira.

Considerações finais

Cada lugar é, à sua maneira, o mundo.

(Santos, 2002, p. 314)

Este trabalho procurou tecer algumas reflexões a partir da reconfiguração do espaço da biblioteca inserida no contexto escolar. Ao observar os agenciamentos, quer de membros da comunidade da Vila Princesa, quer de integrantes da UNIR, materializados na implementação, em andamento, da biblioteca escolar na Escola Municipal João Afro Vieira, na esteira do projeto “Um pé de Biblioteca”, foi possível redimensionar a força libertadora que a informação pode insuflar no tecido social que ela suporta.

Fica clara a força desses agentes sociais, de diferentes segmentos, que se unem em novo arranjo, balizados no desejo de articular uma feição de mundo, na microespacialidade portovelhense, que se nutre na efetiva atenuação das assimetrias que marcam a urbe a que pertencem. Vislumbrar, no alargamento do papel da biblioteca escolar, a real possibilidade de “corpos” não mais serem subcompreendidos e, sim, enquadrados como seres humanos em plenitude de direitos, como, aliás, sempre deveriam ter sido, incute novo ânimo e substrato para a continuidade da caminhada em prol da universalização dessa tipologia de unidade de informação, no solo brasileiro.

As várias direções em que se dá a luta pelo espaço e o respectivo ajustamento de usufruto da geografia urbana encontra, na biblioteca escolar, potente mecanismo de articulação de um outro mundo, menos injusto, porquanto sejam todos os cidadãos melhor informados. Principalmente aqueles que ainda têm de gritar, a todo pulmão, o não acatamento da condição a eles imposta por outrem, de seres-objeto, de redundantes, de refugos humanos, de assunto de polícia.

Por fim, espera-se ter restado incontestemente a estratégica ação de relatar, ainda que de forma diminuta, a vida da Biblioteca da Escola Municipal João Afro Vieira, ferramenta propulsora de libertação.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012. 197 p.

ARANA, Alba Regina de Azevedo; Augusta Boa Sorte Oliveira. A importância do incentivo à leitura para o processo de formação do aluno. In: **Anais EDUCERE - XII Congresso Nacional de Educação em Curitiba**, 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17264_7813.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 170 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Língua Portuguesa. Brasília/ DF: MEC, SEF, 1998.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Biblioteca escolar**: conhecimentos que sustentam a prática. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e escrever**. São Paulo: Pulo do gato, 2011.

CÔRTE, Adelaide Ramos e; BANDEIRA, Suelena Pinto. **Biblioteca escolar**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

FARIA, Ricardo de Moura. Minas nos séculos XX e XXI. In: RABÊLO, José Maria (Coord.). **História geral de Minas**. Ouro Preto – MG: Livraria & Editora Graphar, 2018. Cap. 7. p. 325-392.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOULART, Ilsa do Carmo Vieira; DIAS, Magna Alves; LELIS, Danielle Oliveira. O espaço físico das bibliotecas públicas escolares: entre o legal e o real. **RBBB - Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 4-26, maio 2019. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/630/1125>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017. 250 p.

PAULA, João Antônio de. Minas no século XVIII. In: RABÊLO, José Maria (Coord.). **História geral de Minas**. Ouro Preto – MG: Livraria & Editora Graphar, 2018. Cap. 5. p. 99-200.

PIÑON, Nélida. **Uma furtiva lágrima**. Rio de Janeiro: Record, 2019. 318 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002. 384 p.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2011. 480 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **Grupo de pesquisa MNEMOS da UNIR inaugura biblioteca escolar na Vila Princesa.** 18 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.unir.br/index.php?pag=noticias&id=26793>. Acesso em: 07 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. **I Seminário de catadores de materiais recicláveis acontece no sábado, em Porto Velho.** 14 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.unir.br/index.php?pag=noticias&id=26552>. Acesso em: 07 jun. 2019.

VARELA, Aída. **Informação e construção da cidadania.** Brasília: Thesaurus, 2007. 167 p.